

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E
DEZASSETE**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Adelino Maximiano Figueiredo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel dos Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

Antes do início dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu autorização aos presentes para inserir na Ordem de Trabalhos o ponto “Ordem do Dia” e a alínea a) “Palavra do Presidente da Câmara” que, por lapso, foram omitidos, o que foi aceite por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração às atas das anteriores sessões; relativamente à ata da Sessão Ordinária de vinte e três de dezembro de dois mil e dezasseis, interveio o membro da assembleia Carlos Costa para chamar a atenção para a votação da alínea d) da Ordem do Dia, referindo que

ficaria mais perceptível colocando uma vírgula e substituindo “bancadas” por “bancada”, tendo sido a sugestão aceite pela Mesa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata da sessão ordinária de vinte e três de dezembro tendo sido aprovada por unanimidade; de seguida foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de vinte e sete de dezembro, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções.

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves para propor um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Felício, em nome da bancada do Partido Socialista ou em nome de todos, se assim o entenderem.

O membro da assembleia Cristina Guerra solidarizou-se com a proposta apresentada pelo membro da assembleia Manuel Gonçalves, referindo que o CDS-PP o acompanha nesse voto de pesar.

Agradeceu a amabilidade do Sr. Presidente da Câmara na cedência do auditório Dr. António Menano para a realização do plenário do CDS e também a disponibilidade do funcionário da Câmara Municipal.

Por fim referiu que não recebeu a “Palavra do Presidente” e que esta não acompanhou a convocatória.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que não sabe se houve falha dos serviços relativamente à entrega da documentação, uma vez que só foi convocado para a Assembleia Municipal no dia anterior.

Relativamente à cedência do auditório Dr. António Menano, naturalmente que a Câmara Municipal terá de ser isenta nestas situações e o espaço estará sempre disponível uma vez que não há instalações apropriadas para este tipo de eventos.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta do voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Felício apresentada pela bancada do PS, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “Palavra do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n. 044 datado de 16 de

fevereiro de 2017, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Relativamente a este ponto interveio o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que na parte correspondente às obras, empreitadas e projetos não vislumbra nada que diga respeito ao saneamento da C+S e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando prevê a resolução desta situação que constitui um caso gravíssimo de saúde pública e para o qual o alertou em assembleias anteriores; acrescentou que não acabará o seu mandato sem ver esta situação resolvida nem que para isso tenha de fazer uma queixa ao Ministério do Ambiente, uma vez que é um problema ambiental que se vai agravando dia após dia.

No que concerne à questão das fossas, o Sr. Presidente da Câmara referiu que é uma situação que o preocupa e, com tal, farão uma candidatura ao POSEUR para resolver a questão das fossas da C+S e de outras três fossas a saber: Muxagata, Algodres e Vila Ruiva. Sabe que há outras fossas que carecem de intervenção como é o caso de Casal do Monte, mas esta será intervencionada por administração direta.

Referiu ainda que falou com o Sr. Secretário de Estado no sentido de este o ajudar na aprovação das candidaturas, de maneira a ser possível intervir o mais breve possível.

Por fim referiu que relativamente à fossa de Vila Ruiva foi instaurado um auto de contraordenação à Câmara, o custo será elevado e, possivelmente, com esse valor fariam a obra.

Passou-se de seguida ao ponto três da Ordem do Dia:” Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho”.

Interveio o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que ficou lavrado em ata que os seguros seriam alvo de um concurso público e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se numa eventual recandidatura se sentirá à vontade para explicar porque é que os seguros nunca foram sujeitos a um concurso público.

O membro da assembleia Vítor Hugo referiu que na segunda feira reuniu com o Sr. Presidente da Câmara onde se discutiram vários assuntos dentre eles a questão das fossas das Azeleiras, que ficou de ser resolvido logo na terça feira, mas até à data nada foi feito; na quarta feira ficou em Queiriz à

espera para fazerem um levantamento de uma casa, mas ninguém apareceu; na quinta feira estava agendada a ida da retroescavadora à charca do Casal do Monte, mas ninguém apareceu.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara onde foi gasto o dinheiro recebido pela Câmara Municipal referente à eólica do Casal do Monte, no valor de dez mil, duzentos e oitenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos, e onde vai ser gasto, este ano, o mesmo montante.

Por fim referiu que, ao que sabe, a Câmara Municipal tem um limpa bermas novo e, nessa medida, gostaria de saber quando preveem utilizá-lo.

O membro da assembleia Manuel Paraíso interveio para referir que ao avançarem com a queixa crime contra a Câmara Municipal sabiam de antemão que iriam ser castigados, como de facto viria a acontecer: um ano depois não têm um dia de máquina, não têm uma hora de limpa bermas nem uma hora de funcionário da Câmara Municipal, apesar das insistências, chamadas de atenção e pedidos e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara até quando o boicote vai existir.

Referiu também que estão à espera do betuminoso desde novembro de 2015, a questão das fossas está por resolver, a cercadura na zona envolvente à necrópole está por colocar, a intervenção no cemitério de Juncais está parada assim como a intervenção na nascente do Vale do Grou.

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que a bancada do PSD se solidariza com a proposta da bancada do PS relativamente ao voto de pesar, acrescentando que deveria ser um voto de pesar de toda a Assembleia Municipal, sem partidarismos.

Seguidamente colocou ao Sr. Presidente da Câmara algumas questões acerca das alterações que estão a ser feitas no acesso à A25, nomeadamente se foi consultado o projetista inicial da obra, ou seja, à data em que foi construído o acesso, certamente que foram propostas pelo atual executivo, as serventias dos particulares que ali vivem, mas estas foram declinadas por serem ilegais, por isso, gostaria de saber o que mudou; uma vez que se trata de um acesso a uma autoestrada, questionou o Sr. Presidente da Câmara se as alterações obedecem às diretrizes do Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres e se estão aprovadas pela Guarda Nacional Republicana.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente aos acessos à A25, era uma das reivindicações dos donos das explorações da zona e, na medida em que era uma reivindicação viável, tentaram arranjar várias soluções, nomeadamente a construção de uma rotunda; de acordo com parecer dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal esta foi a solução mais adequada e que cumpre todos os requisitos legais em termos de rede viária. Foi também pedido parecer à Guarda Nacional Republicana, estando, por isso, reunidas todas as condições de segurança.

Relativamente à intervenção do membro da assembleia Manuel Paraíso, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não há nenhum boicote por parte da Câmara Municipal.

O membro da assembleia Manuel Paraíso questionou o Sr. Presidente da Câmara como justifica o facto de não terem um dia de máquina à sua disposição, ao que o Sr. Presidente respondeu que a máquina está sempre disponível desde que seja solicitada.

Em relação à questão da água do Vale do Grou será feita uma ligação ao local conforme havia sido acordado, será uma intervenção por administração direta, feita pelos funcionários da Câmara Municipal e, como tal, não está esquecida. De seguida disponibilizou-se para reunir com o membro da assembleia Manuel Paraíso no sentido de operacionalizarem as questões sinalizadas na Assembleia Municipal.

Relativamente à questão dos seguros, apesar de os valores serem mais baixos que anteriormente, reconheceu que houve uma falha sua em não ter aberto ainda concurso, mas fá-lo-á brevemente.

O membro da assembleia Marcos Paulo interveio referindo que não obteve resposta à sua questão acerca do acesso à A25 e, como tal, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a Câmara Municipal tem legitimidade para intervir naquela via de acesso ou se é competência das Estradas de Portugal e porque é que na altura o projetista da obra a definiu como ilegal e agora deixou de o ser.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à intervenção do membro da assembleia Vítor Hugo referiu que, apesar de não ter de o fazer, lhe havia dito que o dinheiro recebido da eólica seria investido na freguesia de Queiriz, como já aconteceu com a construção de um muro e a instalação de raids.

Relativamente às questões do membro da assembleia Marcos Paulo o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, da rotunda para cima, a responsabilidade da manutenção e limpeza da estrada cabe à Câmara Municipal e, como tal, não falaram com o anterior projetista, mas sim com os Serviços Técnicos da Câmara que deram parecer favorável à obra.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que havia um compromisso verbal segundo o qual o dinheiro recebido das eólicas seria gasto na Junta de Freguesia.

Relativamente ao acesso à A25, referiu que a obra foi feita por indicação do Instituto de Estradas de Portugal e, embora seja uma obra que a partir do fim da sua construção pertença à Câmara Municipal, quem escolheu o projetista e orientou os trabalhos foi o Instituto de Estradas de Portugal na medida em que se trata de um acesso a uma via rápida e obedece a determinadas regras e, como tal, é da opinião que o autor do projeto deveria ser ouvido.

O membro da assembleia Manuel Paraíso referiu que a canalização no Vale do Grou foi custeada pela associação de Vila Soeiro do Chão e não pela Junta de Freguesia, e que gostariam de ver a água no centro do povo.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não havia dito que tinha sido a Junta de Freguesia a custear as obras, mas sim as pessoas da freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez um apelo a todos os que faltaram às sessões da Assembleia Municipal, que entregassem as respetivas justificações no Gabinete de Apoio, uma vez que está obrigado por lei a endereçar todas as faltas sem justificação ao Ministério Público.

Solicitou também que caso alguém não tenha recebido algum documento referente à Assembleia Municipal que o comunicasse, no final da sessão, ao Dr. Ângelo.

Em virtude de não se ter verificado nenhuma intervenção por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

P/O Presidente Deivina

O Primeiro Secretário Miguel

O Segundo Secretário [Signature]